

§ 8º O tomador fica dispensado da retenção prevista no inciso II do caput nas hipóteses em que o prestador de serviços seja inscrito no CF/DF, sem prejuízo do disposto no art. 8º.

§ 9º A retenção de que trata o § 6 será integral nos casos em que o prestador não for inscrito no CF/DF.

.....” (NR)

“Art. 38

I -

.....

r) no subitem 11.05 da lista do Anexo I;

I-A - 3% para prestação de serviço de hospedagem realizada por:

a) hotéis cujo código da atividade econômica principal seja identificado na tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE como 5510- 8/01-00;

b) albergues, exceto assistenciais, cujo código da atividade econômica principal seja identificado na tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE como 5590-6/01-00;

.....” (AC)

“Art. 51

Parágrafo único. O serviço de intermediação e congêneres poderá ser regulamentado por ato do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal.” (AC)

Art. 2º O Anexo I ao Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS

.....

11 -

.....

11.05 - Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de tecnologia da informação veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.” (AC)

Art. 3º O Decreto nº 43.982, de 5 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

.....

§ 3º O aceite será obrigatório para os tomadores de serviços de que tratam os artigos 8º e 9º do Decreto nº 25.508, de 2005, exceto para aqueles que utilizam o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI para registrá-lo.

.....” (NR)

“Art. 17.

.....

§ 3º O disposto no caput não se aplica aos órgãos públicos usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.” (AC)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2023

134º da República e 64º de Brasília

IBANEIS ROCHA

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção, publicado no DODF nº 98, de 25 de maio de 2023, páginas 01 e 02.

DECRETO Nº 46.030, DE 17 DE JULHO DE 2024

Revoga o Decreto nº 35.064, de 06 de janeiro de 2014, que instituiu o Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas do Governo do Distrito Federal - INFOBRAS como sistema de acompanhamento das obras públicas sob a responsabilidade do Poder Executivo do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 35.064, de 06 de janeiro de 2014, que instituiu o Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas do Governo do Distrito Federal - INFOBRAS como sistema de acompanhamento das obras públicas sob a responsabilidade do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024

135º da República e 65º de Brasília

IBANEIS ROCHA

DECRETO Nº 46.031, DE 17 DE JULHO DE 2024

Aprova o projeto urbanístico de parcelamento urbano do solo denominado Park Way, situado no Setor Habitacional Tororó, na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, atualizada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, a Lei nº 992, de 28 de dezembro de 1995, o Decreto nº 28.864, de 17 de março de 2008, o Decreto nº 28.863, de 17 de março de 2008, o Capítulo II do Decreto nº 38.247,

de 1º de junho de 2017, e o que consta dos autos do Processo 00390-00000863/2019-31, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto urbanístico de parcelamento urbano do solo denominado Park Way, situado no Setor Habitacional Tororó, na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII, consubstanciado no Projeto de Urbanismo - URB 287/2022, no Memorial Descritivo - MDE 287/2022, com seu respectivo Anexo I - Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliárias - QDUI, e nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 287/2022.

Art. 2º Na aprovação do parcelamento de que trata o art. 1º deste Decreto, não incide, originariamente, a cobrança da Outorga Onerosa de Alteração de Uso - Onalt, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 39.151, de 27 de junho de 2018.

Parágrafo único. A não incidência da cobrança de Onalt regulada no caput refere-se exclusivamente à aprovação do parcelamento, ressalvando-se a possibilidade de sua cobrança, na forma da legislação aplicável, caso haja ulterior alteração de uso ou atividade das unidades imobiliárias que compõem o parcelamento aprovado.

Art. 3º Os documentos urbanísticos mencionados no art. 1º devem estar disponíveis no endereço eletrônico <http://www.sisduc.seduh.df.gov.br/>, no prazo máximo de 7 dias, contados da publicação deste decreto no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, conforme determinação da Portaria nº 95, de 21 de outubro de 2021, alterada pela Portaria nº 12, de 03 de fevereiro de 2023, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh, que dispõe sobre os procedimentos para divulgação de documentos urbanísticos e sua disponibilização no Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica - Sisduc.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 45.086, de 19 de outubro de 2023.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024

135º da República e 65º de Brasília

IBANEIS ROCHA

DECRETO Nº 46.032, DE 17 DE JULHO DE 2024

Institui o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, em conformidade com o inciso IX dos artigos 3º e 4º e o inciso II do artigo 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); o Decreto nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024, que instituiu o Programa Alfaletando, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF), que visa promover a avaliação da Educação Básica no Sistema de Ensino do Distrito Federal para melhoria contínua da qualidade da educação.

§ 1º O SipaeDF consiste em um sistema de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem que, por meio da produção e da disponibilização de dados e indicadores, subsidia e promove a reflexão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) sobre a efetividade de suas políticas públicas educacionais.

§ 2º O SipaeDF deve promover, de modo continuado, a Avaliação Institucional interna e externa da Rede de Ensino do Distrito Federal, com vistas a oportunizar:

I - avaliação da qualidade da Educação Básica, por meio de instrumentos avaliativos aplicados censitária e amostralmente, em larga escala, por parte da SEEDF;

II - autoavaliação, por meio de instrumentos avaliativos elaborados e aplicados pelas próprias instituições educacionais.

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

I - realizar a gestão, a execução, o monitoramento e a revisão do SipaeDF;

II - definir os anos, as séries, as etapas e os segmentos a serem avaliados e a periodicidade da aplicação dos instrumentos avaliativos;

III - definir os cursos a serem avaliados e a periodicidade da aplicação dos instrumentos avaliativos;

IV - definir as políticas públicas com potencial impacto na qualidade da educação a serem avaliadas e a periodicidade da aplicação dos instrumentos avaliativos.

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto, entende-se por instituição educacional pública aquela mantida e administrada pelo poder público do Distrito Federal e instituição educacional privada aquela mantida e administrada por pessoa física ou jurídica de direito privado, nas categorias definidas na legislação e credenciadas pelo poder público do Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º O SipaeDF fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - reconhecimento à diversidade, respeito à identidade, à historicidade e à missão das instituições educacionais que compõem o sistema de ensino;

II - eficácia e equidade na construção de um sistema de ensino de qualidade, centrado na igualdade de oportunidades de acesso, na permanência e nos resultados no processo educativo;

III - participação ativa de todos os membros da comunidade escolar no processo avaliativo, contribuindo com suas perspectivas, experiências e conhecimento para garantia de uma avaliação mais abrangente e democrática;

IV - responsabilidade social para garantir que o processo avaliativo não apenas mensure o desempenho dos estudantes, mas também promova uma educação mais justa, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade como um todo;

V - inovação no processo avaliativo com a incorporação de abordagens, métodos e tecnologias com vistas à eficiência, relevância e adequação das necessidades dos estudantes e dos sistemas educacionais;

VI - rigor metodológico como base dos instrumentos e procedimentos de coleta e tratamento de dados;

VII - acessibilidade dos instrumentos constituintes do sistema avaliativo às pessoas com deficiência;

VIII - transparência dos processos e procedimentos adotados no sistema avaliativo.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do SipaeDF:

I - produzir dados e informações consistentes, de forma periódica, sobre a Educação Básica ofertada na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, com vistas a subsidiar os gestores quanto ao desenvolvimento das políticas públicas e melhoria da qualidade do ensino;

II - elaborar indicadores de desempenho escolar que promovam o êxito da gestão educacional;

III - aprimorar habilidades técnicas e científicas em avaliação da Educação Básica do Distrito Federal, com vistas ao fortalecimento da colaboração entre os diversos níveis de administração e a descentralização na tomada de decisões;

IV - fortalecer uma cultura de avaliação integrada ao processo educativo do Distrito Federal para garantia do direito à educação de qualidade, com atenção à Diversidade, à Cidadania, e à Educação em e para os Direitos Humanos.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A Secretaria de Educação se responsabilizará pela Avaliação em Larga Escala no que se refere à:

I - análise, parametrização e divulgação dos resultados das avaliações de âmbito nacional e internacional realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou por outras instituições externas;

II - definição e aplicação de instrumentos próprios para as avaliações de desempenho e contexto de âmbito distrital;

III - análise, parametrização e divulgação dos resultados das avaliações de desempenho e contexto de âmbito distrital.

Art. 6º As avaliações de âmbito distrital, de que versam os incisos II e III do artigo 5º, compreendem:

I - desempenho do estudante: instrumentos e/ou procedimentos avaliativos para fins de recuperação das aprendizagens e redirecionamento do trabalho pedagógico;

II - desempenho das instituições educacionais públicas: instrumentos e/ou procedimentos avaliativos para fins de reflexão quanto aos níveis de desempenho do conjunto de estudantes avaliados;

III - desempenho da Educação Básica: instrumentos e/ou procedimentos avaliativos aplicados às instituições educacionais públicas e privadas para fins de aferição da qualidade da Educação Básica;

IV - contexto das instituições educacionais: instrumentos e/ou procedimentos avaliativos para fins de reflexão sobre os fatores contextuais que podem influenciar o processo ensino e aprendizagem.

Art. 7º A Avaliação Institucional é obrigatória às instituições educacionais públicas e facultada às instituições educacionais privadas e compreende:

I - elaboração e apresentação de um plano de autoavaliação a ser executado durante cada ano;

II - elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de informações do contexto escolar;

III - análise e discussão processual:

a) dos resultados de rendimento escolar;

b) das taxas de abandono e incompatibilidade idade - ano/série;

c) do desempenho dos estudantes na avaliação diagnóstica;

d) do desempenho da instituição educacional pública em avaliações distritais e nacionais;

e) do desempenho da Educação Básica em avaliações distritais, nacionais e internacionais;

f) da aprovação dos estudantes em exames; e

g) do contexto demonstrado pelos instrumentos aplicados pela SEEDF, criados e aplicados pela própria instituição educacional.

Art. 8º Para a execução do SipaeDF, a Secretaria de Educação deve garantir:

I - equipe técnica e instituição especializada em avaliação educacional em larga escala;

II - sigilo dos instrumentos avaliativos e dados sensíveis;

III - promoção de debates e reflexões dos resultados de avaliação do SipaeDF junto à comunidade escolar, acadêmica e órgãos externos por meio de:

a) coordenações pedagógicas;

b) fóruns regionais de avaliação;

c) seminários distritais de avaliação; e

d) outros eventos que promovam a participação dialógica e coletiva de instituições externas e da sociedade civil.

§ 1º As garantias mencionadas nos incisos I e II aplicam-se tanto às instituições públicas quanto às privadas.

§ 2º A responsabilidade pela organização de debates e pela divulgação dos resultados, previstos no inciso III, aplica-se, exclusivamente, às instituições públicas, enquanto às privadas compete promover suas próprias propostas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal publicará atos normativos para regular a implementação do SipaeDF.

Art. 10. As instituições educacionais privadas do Distrito Federal serão convidadas a participar, de forma amostral, das avaliações de que versa este Decreto, e poderão ser convidadas, em momento oportuno, a participar de forma censitária.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024

135º da República e 65º de Brasília

IBANEIS ROCHA

DECRETO Nº 46.033, DE 17 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00094-00003529/2024-22, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF.

Art. 2º Os cargos comissionados relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos, de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 8 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF os cargos comissionados relacionados no Anexo II.

Art. 4º Compete ao Órgão afetado por este Decreto, antes da posse ou da entrada em exercício relativa aos Cargos em Comissão a que se refere este Decreto, a exigência de apresentação prévia dos documentos relacionados no art. 8º, § 1º do Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, e a verificação de inexistência de nepotismo, nos termos do art. 19, §§ 9º e 10, da Lei Orgânica do Distrito Federal, dos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e do Decreto nº 32.751, de 4 de fevereiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024

135º da República e 65º de Brasília

IBANEIS ROCHA

ANEXO I

(Art. 2º, do Decreto nº 46.033, de 17 de julho de 2024)

UNIDADE ADMINISTRATIVA, CARGO DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICO E EM COMISSÃO

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU/DF - PRESIDÊNCIA - Assessor Especial, CNE-07, 01 (SIGRH 01100702); Assessor Especial, CNE-08, 01 (SIGRH 01101009) - DIRETORIA ADJUNTA - Assessor, CC-08, 01 (SIGRH 01100976) - PROCURADORIA JURÍDICA - Chefe, CPE-02, 01 (SIGRH 01100737) - DIRETORIA DE LIMPEZA URBANA - COORDENAÇÃO DE COLETA E LIMPEZA URBANA - SUBCOORDENAÇÃO REGIONAL OESTE - Assessor Técnico, CC-04, 01 (SIGRH 01100838).

ANEXO II

(Art. 3º, do Decreto nº 46.033, de 17 de julho de 2024)

UNIDADE ADMINISTRATIVA, CARGO DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICO E EM COMISSÃO

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU/DF - PRESIDÊNCIA - DIRETORIA ADJUNTA - Assessor Especial, CNE-06, 01; Assessor Especial, CNE-07, 01 - PROCURADORIA JURÍDICA - Chefe, CNE-02, 01.

DECRETO Nº 46.034, DE 17 DE JULHO DE 2024

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 15.316.523,00 (quinze milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e três reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 5º, I, "a" da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023, e com o art. 41, I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos Processos 00060-00333660/2024-36, 00060-00323045/2024-11, 04022-00000304/2024-18, 04022-00000388/2024-81, 00309-00000524/2024-01, 00110-0000051/2024-33, 00145-00000784/2024-25, 04009-00001315/2024-94, 00305-00000436/2024-12 e 00302-00000407/2024-27, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto a diversas unidades orçamentárias, crédito suplementar no valor de R\$ 15.316.523,00 (quinze milhões, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e três reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos anexos III e IV.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o art. 1º será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação das dotações orçamentárias constantes dos anexos I e II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024

135º da República e 65º de Brasília

IBANEIS ROCHA